# Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	
5.3 - Descrição - Controles Internos	
5.4 - Alterações significativas	9
5.5 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	10
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	34
10.8 - Plano de Negócios	35
10.0. Outros fataros com influência relevente	27

# 5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Não há uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa.

- b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver incluindo:
  - (i) os riscos para os quais se busca proteção.

Não há uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção.

Não existe uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa.

(iii) A estrutura organizacional para gerenciamento de riscos.

Não há uma política formalizada para gerenciamento de riscos na empresa

PÁGINA: 1 de 37

- 5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar
- a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Não existe uma política formalizada.

- b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:
  - i. Riscos para os quais se busca proteção.

#### Risco de credito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. Abaixo evidenciamos a composição dos títulos a receber da companhia por data de vencimento, evidenciando o risco de crédito de sua carteira de clientes:

	Contro	ladora	Consc	lidado	
Período	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	
A vencer	74.594	130.582	79.377	134.999	
Vencidos:					
De 1 a 30 dias	33.307	32.251	34.600	32.943	
De 31 a 60 dias	4.230	8.677	4.743	8.903	
De 61 a 90 dias	8.116	5.149	8.400	5.423	
De 91 a 180 dias	14.270	5.461	14.923	7.842	
Acima de 181 dias	45.484	16.955	52.927	21.581	
	180.001	199.075	194.970	211.691	
PECLD	(10.934)	(7.133)	(12.765)	(7.525)	
	169.067	191.942	182.205	204.166	

#### Risco de taxa de cambio

Este risco está atrelado á possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este

risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de cambio.

A Companhia está exposta ao Euro e Dólar. Em 31 de dezembro de 2015, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	
Eurobonds	501.449	447.010	-	-	
Total	501.449	447.010	-	-	
Valores a pagar de terceiros	27.492	20.883	27.492	20.883	
Total	27.492	20.883	27.492	20.883	
Fornecedores	732	1.438	732	1.438	
ACC	-	5.356	-	5.356	
FINIMP		1.489		1.489	
Total	732	8.283	732	8.283	

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço.

A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2015 seria uma despesa financeira de R\$ 53.112 milhões na controladora, quando e caso ocorresse á desvalorização da moeda (R\$ 2.967 milhões no consolidado).

#### Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pôs-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

### Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado á possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

#### Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de créditos bancárias e linhas de credito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento continuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	
Dívida	132.001	137.110	138.415	143.102	
Caixa e equivalentes de caixa	(16.828)	(12.958)	(17.939)	(52.672)	
Aplicações financeiras não circulante	(7.740)	(6.455)	(7.740)	(6.455)	
Dívida líquida	107.433	117.697	112.736	83.975	

# Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		Controladora						
	Taxa de juros							
	efetiva média	Menos de	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de		
	<u>ponderada</u>	1 mês	meses	<u>a 1 ano</u>	anos	5 anos	Total	
31 de dezembro de 2015	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	-	39	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990	
Instrumentos a taxas de prefixadas	12,87	1.907	3.812	17.153	13.100	-	35.972	
		7.269	14.538	65.417	44.777	-	132.001	
31 de dezembro de 2014								
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,67	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998	
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,36	742	1.485	6.682	16.399	390	25.698	
		6.759	13.519	60.834	55.608	390	137.110	

	Consolidado							
	Taxa de juros							
	efetiva média	Menos de	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de		
	<u>ponderada</u>	<u>1 mês</u>	meses	<u>a 1 ano</u>	<u>anos</u>	5 anos	<u>Total</u>	
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
31 de dezembro 2015								
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	-	39	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990	
Instrumentos a taxas de prefixadas	11,89	2.062	4.124	18.556	17.644	-	42.386	
		7.424	14.850	66.820	49.321	-	138.415	
31 de dezembro 2014								
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414	
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,66	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998	
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,74	861	1.723	7.752	20.964	390	31.690	
		6.878	13.757	61.904	60.173	390	143.102	

# ii. estratégias de proteção patrimonial (hedge)

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

# iii. instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

A companhia tem como política não utilizar hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

# iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (cambio, taxa de juros e etc.), A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (Hedge) e quais são esses objetivos.

A companhia não utilizou hedge para proteção dos riscos patrimoniais.

c) A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controle interno está adequada.

# 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
  - a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências aditadas para corrigi-las.

A companhia adota controles internos baseados em procedimentos que visam atender à Norma Brasileira de Auditoria NBC TA 265, cujo grau de eficiência está dentro de um padrão normal, porém com deficiências de baixíssimo grau de risco apontadas no relatório do auditor independente, as quais possuem providências e planos de ação para correção.

b) as estruturas organizacionais envolvidas.

As estruturas organizacionais das áreas responsáveis, bem como o corpo diretivo da companhia, estão envolvidos com foco na implementação dos planos de ação com vistas à correção ou à adequação das deficiências apontadas pelo auditor independente.

c) como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor , indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela área de controladoria com a avaliação trimestral de auditoria externa independente.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Com relação aos controles internos, os pontos de deficiências e recomendações apontados pelo auditor independente são: i) Ausência de organograma e descritivos da áreas internas, cuja recomendação é a elaboração de um trabalho com descritivo de cargos e organograma para cada área da companhia; ii) Compras - Ausência de saldo em contratos de remessa, neste caso a

# 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

recomendação é a revisão dos saldos dos contratos previamente definidos; iii) Compras – Ausência de política de renovação dos contratos com fornecedor, cuja recomendação é o estabelecimento de um prazo de renovação para os contratos com os fornecedores; e iv) Vendas/Expedição – Separação manual dos produtos para expedição, cuja recomendação é a implementação de um sistema de separação e expedição por bipagem.

# e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Em referência à primeira deficiência comentada na questão anterior, um trabalho de reestruturação das áreas está em andamento com vistas à atualização e elaboração dos descritivos, novos procedimentos críticos, bem como a revisão dos organogramas; Quanto ao segundo ponto, há a implementação do módulo MRP no sistema da companhia prevista para julho de 2016, a qual possibilitará a geração automática das divisões de remessa, passando este a ser o documento que autorizará o fornecedor ao envio de materiais e habilitará a entrada no recebimento físico/fiscal, dessa forma, a companhia aprimorará a gestão dos contratos de remessa; Com relação ao terceiro ponto, a companhia informa que realiza revisões periódicas dos contratos de fornecimento das principais matérias primas de acordo com cada especificidade, porém adotou a recomendação da auditoria e efetuará a revisão de todos os contratos a partir de junho de 2016; Quanto ao quarto e último ponto relativo aos controles internos, a solução definitiva está na implementação de sistema WMS prevista para conclusão no segundo semestre de 2016.

# 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

# 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

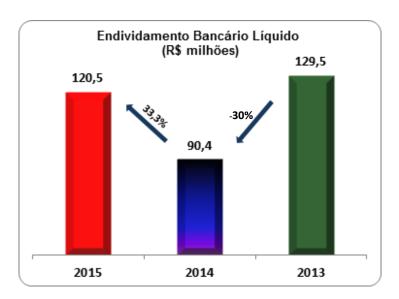
Todas as informações já foram divulgadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 10 de 37

10.1 Em relação às demonstrações financeiras dos 03 últimos exercícios sociais; e ao período entre a data de fechamento do último exercício social e a data de entrega do formulário de referência, os diretores devem comentar.

# a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

# Endividamento Bancário Líquido



O endividamento bancário líquido (excluindo-se o saldo em caixa e equivalentes de caixa) da Companhia encerrou o exercício de 2015 em R\$ 120,5 milhões, 33,3% maior quando comparado ao endividamento do exercício de 2014, cujo valor ao final do exercício era de R\$ 90,4 milhões. A porção do endividamento, no curto prazo, não considerando o saldo disponível em caixa, aumentou de 57,7% em 2014, para 64,4% em 2015. O aumento do endividamento bancário é decorrente das novas captações efetuadas pela companhia, para fazer frente às necessidades de capital de giro.

#### Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido que era de R\$ 34,6 milhões negativo em 2013, passou para R\$ 18,8 milhões negativo em 2014 cuja melhora é decorrente de aumento de aplicações financeiras, aumento da quantidade produzida e, consequente aumento dos estoques. Em 2015, o valor do capital circulante líquido piorou para R\$ 256,7 milhões negativo no consolidado, impulsionado principalmente pelo aumento nos prazos de pagamentos aos fornecedores e aumento da dívida fiscal.

# Caixa e Equivalentes de Caixa

		Controladora		Consolidado			
	31.12.15	31.12.14	31.12.13	31.12.15	31.12.14	31.12.13	
Caixa e bancos	16.828	11.142	13.675	17.939	11.914	14.363	
Aplicações financeiras (a)	-	1.816	12.305		40.758	12.305	
Total	16.828	12.958	25.980	17.939	52.672	26.668	

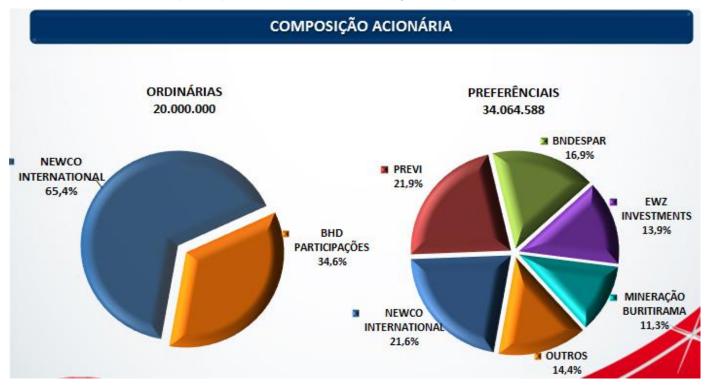
(a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa e títulos privados com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

# **Empréstimos e Financiamentos**

# Composição

	Taxa média					Consolidado		
	anual de encargos %	Ano de vencimento	31.12.15	31.12.14	31.12.13	31.12.15	31.12.14	31.12.13
Em moeda estrangeira:  Dólar norte-americano  Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)			-	5.356	5.450	-	5.356	5.450
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)			-	1.489		-	1.489	
Em moeda local: Arrendamento Mercantil	17,06	Dezembro/2016	39	414	639	39	414	639
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,82	Fevereiro/2016 a Setembro/2021	16.850	18.852	12.991	23.264	24.844	19.959
Capital de giro	21,52	Janeiro/2016 a Janeiro/2019	115.112	110.999	130.116	115.112	110.999	130.116
Total			132.001	137.110	149.196	138.415	143.102	156.164
Circulante Não circulante			87.224 44.777	81.112 55.998	114.656 34.540	89.094 49.321	82.539 60.563	115.645 40.519





O capital social autorizado está dividido em 60.000.00 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não tem direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior.

R\$ Mil	2015	%	2014	%	2013	%
Capital de Terceiros (1)	948.268	135,18	815.251	107,98	834.469	117,43
Capital Próprio (2)	-246.794	-35,18	-60.268	-7,98	-123.868	-17,43
Total	701.474	100,00	754.983	100,00	710.601	100,00

- (1) Capital de Terceiros corresponde à soma do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante ao final de cada exercício social.
- (2) Capital Próprio corresponde ao Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A empresa vem honrando seus compromissos financeiros assumidos com instituições financeiras e de crédito, bem como está em negociações com fornecedores visando equacionar os pagamentos em atraso, dentro de um fluxo de caixa suportado pelos resultados da operação.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A companhia efetuou investimentos em modernização da estrutura logística e melhoria de produtividade, na ordem de R\$ 40,8 milhões, através de lançamento de debentures conversíveis em ações, adquiridas integralmente pelos acionistas. Para o exercício de 2016, não há previsão de investimentos relevantes, pois será um ano de identificação de oportunidades de rentabilização de seus produtos, bem como de oportunidades de redução de custos e despesas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Para o exercício de 2016, não há previsão de investimentos relevantes, pois será um ano de identificação de oportunidades de rentabilização de seus produtos, bem como de oportunidades de redução de custos e despesas.

- f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau e subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas a Companhia.
- (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes;

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, estão apresentados no quadro abaixo.:

PÁGINA: 14 de 37

	Taxa média		(	Controladora			Consolidado		
	anual de encargos %	Ano de vencimento	31.12.15	31.12.14	31.12.13	31.12.15	31.12.14	31.12.13	
Em moeda estrangeira: Dólar norte-americano Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)			-	5.356	5.450	-	5.356	5.450	
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)			-	1.489		-	1.489		
Em moeda local: Arrendamento Mercantil	17,06	Dezembro/2016	39	414	639	39	414	639	
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,82	Fevereiro/2016 a Setembro/2021	16.850	18.852	12.991	23.264	24.844	19.959	
Capital de giro	21,52	Janeiro/2016 a Janeiro/2019	115.112	110.999	130.116	115.112	110.999	130.116	
Total			132.001	137.110	149.196	138.415	143.102	156.164	
Circulante Não circulante			87.224 44.777	81.112 55.998	114.656 34.540	89.094 49.321	82.539 60.563	115.645 40.519	

O endividamento bancário líquido pode ser assim demonstrado:

	Dez'15	Part %	Dez'14	Part %	Dez'13	Part %
Endividamento bancário líquido	120.476	100,00	90.430	100,00	129.496	100,00
Curto Prazo	89.094	74,00	82.539	91,30	115.645	89,30
Longo Prazo	49.321	40,90	60.563	67,00	40.519	31,29
Caixa e equivalente de caixa	-17.939	-14,90	-52.672	-58,20	-26.668	-20,59

# (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2015 nossos empréstimos e financiamentos bancários totalizaram R\$ 138,4 milhões, dos quais R\$ 49,3 milhões estão distribuídos a seguir.

# Parcela não circulante

PÁGINA: 15 de 37

Conforme nota explicativa nº 18, a parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora			Consolidado			
Ano de vencimento	31.12.15	31.12.14	31.12.13	31.12.15	31.12.14	31.12.13	
2016	-	7.924		-	7.924	-	
2017	17.516	32.771	28.378	17.516	32.771	29.792	
2018	-	-	3.470	1.270	1.987	4.885	
2019	14.627	-	2.692	16.499	2.577	5.842	
após 2019	12.634	15.303	-	14.036	15.304	-	
Total	44.777	55.998	34.540	49.321	60.563	40.519	

#### Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos e avais da Companhia e suas controladas.

# (iii) grau e subordinação entre as dívidas;

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

#### (iv) eventuais restrições impostas a Companhia;

Não há restrições impostas a Companhia.

#### g) Os limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites para contratação dos financiamentos estão baseados nas regras e alçadas constantes na ata de reunião do Conselho de Administração.

# h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Abaixo as alterações mais significativas:

- Caixa e equivalentes de caixas Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R\$ 17,9 milhões, a presentando uma redução de 66% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 52,7 milhões, a diminuição do saldo foi em decorrência do resgate de aplicações e consequentemente baixo saldo aplicado em CDI.
- Tributos a Recuperar Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 12,0 milhões, apresentando uma redução de 41% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 20,3 milhões, devido a compensação de Pis e Cofins sobre fretes.

PÁGINA: 16 de 37

- Tributos Diferidos em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo devedor de R\$ 21,0 milhões apresentando um aumento de 436% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 saldo credor de R\$ 6,2 milhões, devido a reversão da provisão sobre variação cambial, revertida em função da oscilação da taxa do Euro.
- Despesas antecipadas Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 0,5 mil, apresentando uma redução de 97% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 14,0 milhões. A principal redução é referente às despesas pagas antecipadamente relativas á contratação de mídia em 2014.
- Depósitos Judiciais Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 1,8 milhões, apresentando uma redução de 76% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 7,3 milhões, em consequência da perda de causa para a empresa Trendbank, que conforme decisão judicial resgatou o saldo existente em depósito judicial.
- Outros contas a receber Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 7,9 milhões, apresentando um aumento de 321% no curto prazo quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 1,9 milhões, o aumento foi em decorrência de adiantamento de fornecedores.
- Fornecedores Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 243,9 milhões, apresentando um aumento de 65% no curto prazo quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 148,1 milhões, decorrente do aumento dos valores em atraso com os fornecedores. Tais valores estão em fase final de negociação, para retomada dos pagamentos em montantes mensais compatíveis com a geração de caixa da operação, ainda no primeiro semestre de 2016.
- Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 82,9 milhões, apresentando um aumento de 45% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 57,2 milhões, em decorrência principalmente de um processo tributário cujo fato novo, decisão do CARF (Conselho Administrativo da Receita Federal) desfavorável, gerou revisão da avaliação de risco dos assessores jurídicos da companhia, passando de perda "possível" para "provável", requerendo assim a constituição da respectiva provisão.

PÁGINA: 17 de 37

- Reservas de capital Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 100,0 milhões, apresentando um aumento de 4% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 96,0 milhões, em decorrência das atualizações de juros das debêntures conversíveis em ações.
- Ajustes acumulados de conversão Em 31 de dezembro de 2015 encerramos com um saldo de R\$ 228,0 milhões, apresentando um aumento de 447% quando comparado a 31 de dezembro de 2014 R\$ 41,7 milhões. Essa variação foi impactada pelo aumento significativo na taxa de câmbio, que sofreu variação de 48,49% no ano de 2015.

PÁGINA: 18 de 37

# 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os Diretores devem comentar os resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais. Descrever as principais tendências futuras identificadas em cada item das demonstrações financeiras.

# a) resultados das operações do emissor, em especial.

O resultado líquido da Companhia foi de R\$ 376,9 milhões (prejuízo) no exercício findo em 2015, apresentando piora em relação ao exercício anterior cujo resultado apresentado foi de R\$ 57,5 milhões (prejuízo). Os fatores determinantes para a piora do resultado foram: Menor volume de vendas devido a retração da demanda; Aumento do custo de produção, despesas com redução do quadro de pessoal; reavaliação de risco de contingências e, principalmente, o resultado negativo da variação cambial, cuja contrapartida é positiva no Patrimônio Líquido por tratar-se de operação intercompany. Ao final de 2015 a companhia iniciou uma série de ações visando a reestruturação operacional e financeira, bem como os acionistas controladores promoveram a contratação de empresa de consultoria especializada em rentabilização de produtos e redução de custos.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A companhia apresentou diminuição nos volumes de vendas, em decorrência de ações estratégicas de reposicionamento do produto Lã de Aço, implementada no primeiro trimestre de 2015. Foi repassado ao mercado parte do efeito da inflação e da taxa de câmbio que sofreu variação de 48,49%.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O resultado operacional da companhia em 2015, foi impactado pelo aumento dos custos, que se deu principalmente por fatores externos, decorrentes do cenário macroeconômico, como a alta do dólar de 48,49% no período, que gerou impacto direto sobre os custos das matérias primas dos produtos Químicos, em aproximadamente 32%, além dos efeitos da inflação de 10,67% (IPCA).

O resultado financeiro foi impactado pela elevação da taxa Selic, onerando os juros sobre as operações financeiras e a correção dos parcelamentos de tributos da companhia.

PÁGINA: 19 de 37

# 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia.

# a) introdução ou alienação de segmento operacional;

Não aplicável para a companhia no exercício de 2015.

# b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não aplicável para a companhia no exercício de 2015.

# c) eventos ou operações não usuais;

Não aplicável para a companhia no exercício de 2015.

#### 10.4 - Política de Práticas Contábeis.

#### a) mudanças significativas nas práticas contábeis;

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014, porém em 2015 não tivemos mudanças significativas:

- IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva a partir de 01 de janeiro de 2014 A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após

1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 36 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IAS 39 "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A

Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

• IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

# b) efeitos significativos nas práticas contábeis;

No exercício de 2015 não tivemos mudanças significativas nas práticas contábeis, entretanto em 2014 com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto.

# c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor;

#### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 2.2, os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas (comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 31 de dezembro de 2015, a controlada possui ativos totais de R\$505.885 mil, patrimônio líquido de R\$504.224 mil e prejuízo no exercício de R\$132.337 mil. Consequentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser

efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

#### Ênfases

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 246.794 mil, prejuízo de R\$ 376.948 mil e capital circulante negativo de R\$ 235.709 mil (R\$ 225.686 mil no consolidado). Os esforços dedicados pela Administração da Companhia para o fortalecimento de suas atividades operacionais e consequente reestabelecimento do seu equilíbrio patrimonial estão comentados de forma abrangente na nota explicativa nº1.

Conforme comentando na nota explicativa nº 23, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas discutem administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, envolvendo o montante de R\$4.001.066 mil. Baseados na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é classificada como possível, a Administração decidiu não constituir provisão para estes potenciais riscos contingenciais.

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são parte integrante do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Societá Sportiva Lazio, Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$2.056.286 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de originação da dívida cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 27.835 mil.

Conforme comentando na nota explicativa nº 24.5, em 16 de setembro de 2014 ocorreu à primeira emissão de debêntures conversíveis em ações da Bombril S.A., em série única, da espécie com garantia real, as quais foram objeto de colocação privada. O saldo atualizado dessas debêntures em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 71.387 mil.

**Comentário:** As ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor foram embasadas em informações prestadas pela companhia, solidificando o comprometimento de agir com transparência e buscar fornecer o máximo de confiabilidade em todas as informações relativas às demonstrações financeiras.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: previsões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

#### As políticas contábeis adotadas são:

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

#### Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### Contas a receber de clientes

A provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

#### **Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### **Investimentos**

Nas demonstrações contábeis consolidadas individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que está baseada na vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e, o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

# Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

#### Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável, testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

#### Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo, em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

# Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e, seus custos ou valores possuírem mensuração segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

# Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

#### **Correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício quando houver. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

# **Diferidos**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas informações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período, quando se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

# Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

# Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

#### n.1 Ativos Financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são

contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida.

A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

# Investimentos financeiros disponíveis para venda

A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

#### n.2 Passivos financeiros

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

# Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos e durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### n. 3 Combinação de negócios

PÁGINA: 30 de 37

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

#### Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados, quando aplicável, estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

# Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

#### Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável.

#### Moeda funcional

As informações contábeis consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido.

# Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar se a Companhia gerou riqueza e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas informações contábeis consolidadas individuais e como informação suplementar às informações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

PÁGINA: 32 de 37

# 10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a) os ativos e passivos detidos do emissor, direta ou indiretamente, não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

A Companhia não possui ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constem de suas demonstrações financeiras e das respectivas notas explicativas

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Não existem carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;

Não existe contrato de futura compra e venda de produtos e serviços pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(iv) contratos de construção não terminada.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamento.

Não existem contratos de construção não terminada pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

PÁGINA: 33 de 37

# 10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- 10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:
- (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(b) natureza a propósito da operação;

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

PÁGINA: 34 de 37

# 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

#### a) Investimentos incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Os investimentos realizados no exercício de 2015 foram da ordem de R\$ 40,8 milhões, destinados principalmente à ampliação e modernização da estrutura logística e aquisições de máquinas de Sopro e Envase, visando melhoria de produtividade e redução de custos.

Não há previsão de investimentos relevantes para o exercício 2016.

# ii) fontes de financiamento dos investimentos.

Durantes os anos de 2013, 2014 e 2015, as principais fontes dos investimentos foram sua geração de caixa operacional e captação de recursos mediante empréstimos ou financiamentos, via Instituições Financeiras, tendo havido em 2014 captação de R\$ 66,0 milhões via emissão de debêntures, contraídas em sua totalidade pelos acionistas, para aplicação em Capex e amortização de dívidas bancárias de curto prazo.

#### iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e ou previstos.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Conforme mencionado no item (i) da referida questão, em 2015 ampliamos e modernizamos a estrutura logística, construímos um galpão que aumentou a capacidade da companhia de armazenamento de produtos para atendimento à demanda e a capacidade produtiva.

Adquirimos máquinas de sopro e envase que além de melhorar a qualidade dos produtos, contribuiu para a melhoria da produtividade e redução de custos.

c) Novos produtos e serviços, indicando:(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços;(iii) projetos em desenvolvimentos já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços;

# 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

No exercício findo em 2013 encerrou o ano com 31 marcas, 66 categorias e com 606 itens em seu portfólio. No ano de 2014 a Companhia encerrou com 29 marcas sendo 70 categorias e 416 itens e no ano de 2015, encerrou com 27 marcas sendo 68 categorias e 359 itens em seu portfólio, como forma de atualização permanente do mix de produtos, com vistas à melhoria da rentabilidade.

# 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentado nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido informados nesta seção "10".

PÁGINA: 37 de 37